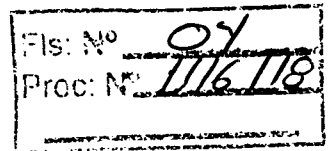


Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA GERAL



Barueri, 12 de junho de 2018.

PARECER JURÍDICO

049/2018



De: Procuradoria Geral.

Para: Presidente, Secretaria Legislativa, Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Finanças, Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social.

Ref.: PROJETO DE LEI Nº 041/2018.

Autoria: EXECUTIVO MUNICIPAL.

Dispõe sobre:

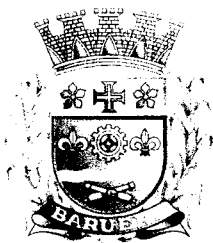
“ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 2.478, DE 18 DE AGOSTO DE 2016, QUE TRATA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”.

Consideração iniciais

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Chefe do Poder Executivo que tem por fim alterar dispositivo da Lei nº 2.478, de 18 e agosto de 2016, que trata do Conselho Municipal de Assistência Social.

De acordo com a Mensagem nº 25/18, “com a extinção da secretaria de habitação, a representatividade essa pasta naquele Conselho ficou prejudicada, sendo necessário operar sua substituição por outra secretaria, de maneira a assegurar a paridade dos órgãos municipais”.



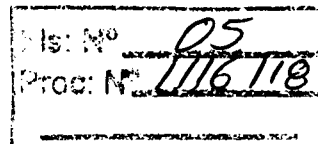


Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA GERAL



Portanto, a alteração busca apenas substituir a Secretaria se Habitação, extinta, pela Secretaria de Esportes, do Conselho Municipal de Assistência Social.

Da alteração da Lei

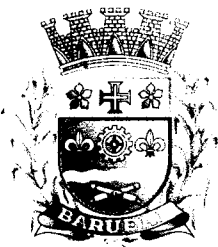
De acordo com a Lei e Introdução às Normas e Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro e 1942), *não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue; e a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.* (caput e §1º, o artigo 2º).

No caso, a alteração tem por escopo derrogar expressamente a lei nº 2.478, de 18 de agosto de 2016, ou seja, pretende-se revogar parcialmente seu texto.

Aliás, a revogação da lei pode ser parcial ou total, quando parcial denomina-se derrogação, que é quando apenas parte da lei é extinta, quando se tratar de revogação total, com a extinção por completo da lei, dá-se o nome de ab-rogação.

A par disso, para a revogação da lei, deve-se observar as mesmas regras legislativas necessárias à sua criação, tais como o quórum de aprovação, forma de votação e apreciação pelas mesmas comissões legislativas, de acordo com sua natureza.





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA GERAL

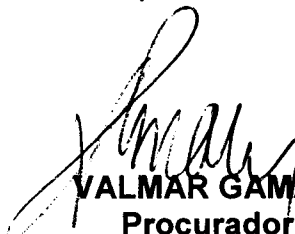
Fls: Nº	06
Proc: Nº	1116/18

Considerações finais

Portanto, referido Projeto atende aos requisitos legais de competência (artigo 12, artigo 13, inciso I, alínea “d”, artigo 19, inciso III, alínea “h”, todos da LOMB), iniciativa e admissibilidade (artigos 58, “caput”, artigo 60, inciso III, ambos da LOMB; artigo 135, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno - RI), não havendo óbice à sua regular tramitação, devendo observar o processo legislativo a seguir:

- a) **Parecer da Comissão de Justiça e Redação** (artigo 50, § 1º, do RI);
- b) **Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento** (artigo 50, § 2º, do RI);
- c) **Parecer da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social** (artigo 50, § 4º, do RI);
- d) **Discussão única** (artigo 47, ‘caput’, da LOMB e artigo 173, § 2º, do RI);
- e) **Quórum: maioria simples dos membros da CMB** (artigo 51, da LOMB e artigo 184, §1º, do RI);
- f) **Votação simbólica** (artigo 189, inciso I, do RI).

S.M.J., este é o parecer e o entendimento desta Procuradoria Geral.


VALMAR GAMA ALVES
Procurador Geral
OAB/SP nº 247.531

